

Um olhar estrangeiro à literatura: Foucault, escrita, experiência

An outsider view on literature: Foucault, writing, experience

Flavio Tito Cundari da Rocha Santos, Silas Sampaio Garcia, Julio Groppa Aquino

Resumo

O presente ensaio propõe-se a revisitar a tematização operada por Michel Foucault acerca das práticas literárias, tendo em vista as diferentes modulações que estas vão adquirindo ao longo da trajetória do pensador. Para tanto, advoga-se em favor do caráter flutuante de sua mirada teórica, desde a proposição, na década de 1960, de uma intransitividade literária, depois o enquadramento da literatura na noção geral de dispositivo, até suas reflexões posteriores sobre os focos de experiência. Mediante uma abordagem exógena das práticas literárias e seus múltiplos efeitos veridictivo-subjetivadores, torna-se possível estimá-las não mais como contradiscurso ou resistência, mas como campo de experiência que se alinha e, no mesmo golpe, se choca com os ditames do presente.

Palavras-chave

Experiência, Escrita, Literatura.

Abstract

The present essay aims at revisiting Michel Foucault's thematization on literary practices, bearing in mind the different modulations that these acquire along the trajectory of the thinker. In order to do so, it is advocated in favor of the fluctuating character of his theoretical view, since the proposition, in the 1960s, of a literary intransitivity, then the framing of literature in the general notion of dispositif, until his later reflections about the foci of experience. Due to an exogenous approach of literary practices and their multiple veridiction-subjectivation effects, it is possible to regard them no longer as a counter-discourse or resistance, but as a field of experience that, at the same time, aligns itself and clashes with the dictates of the present.

Keywords

Experience, Writing, Literature.

Flavio Tito Cundari da Rocha Santos

Faculdade de Educação da USP

Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo.

tito.flavio@gmail.com

Silas Sampaio Garcia

Faculdade de Educação da USP

Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo.

silas_sampaio@hotmail.com

Julio Groppa Aquino

Faculdade de Educação da USP

Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

groppaq@usp.br

Tamanho foi o desapontamento de Raymond Roussel com a recepção de *La Doublure*, que três anos foram necessários para que se recompusesse e, em 1900, voltasse a escrever. Foi também aí que Roussel começou a sistematizar seu procedimento de escrita, só revelado no livro póstumo *Comment j'ai écrit certains de mes livres* (1935). Dito procedimento, baseado em um jogo de palavras pré-definido ao qual a composição de seus textos deveria se adequar, foi um dos principais aspectos que atraiu para seus livros a atenção de Michel Foucault e daqueles que, nos idos de 1950 e 1960, se ocuparam da experiência literária.

Tal reconhecimento, contudo, seria póstumo. Antes dele, uma série de reveses fez com que Pierre Janet, psiquiatra parisiense que tratava o autor de *Impressions d'Afrique* desde seus 19 anos, não subscrevesse a crença solidamente sustentada por Roussel de que era criador de uma obra gloriosa e incontestada. Prova disso encontra-se em seu tratado sobre a megalomania, de 1927:

Ele atribui às suas obras uma importância desmesurada, ele jamais se abala com o insucesso flagrante, e não admite nem por um instante o menor conselho; ele tem uma fé absoluta no destino que lhe foi reservado: “eu chegarei aos mais altos píncaros, nasci para uma glória fulgurante. Pode demorar, mas eu terei uma glória maior que a de Victor Hugo ou de Napoleão. [...] Essa glória alcançará todas as obras, sem exceção, recairá sobre todos os atos da minha vida; todos os atos de minha infância serão investigados e todos se admirarão com a minha maneira de brincar nas barras... Nenhum autor foi e, não pode ser, superior a mim” (JANET, 1927 apud PAZOS, 2012, p. 3).

Se a avaliação do psiquiatra sobre o lugar infame das obras de seu paciente fazia coro com o que o público francês comum pensava, há de se notar que o mesmo não ocorreu com os meios literários. Roussel obteve reconhecimento primeiro entre os surrealistas que o chamavam de presidente da república dos sonhos (TERRON, 2013, s/p). Mais tarde, foram os escritores do Nouveau roman, além de Jean Cocteau, Georges Perec e Gilles Deleuze, que manifestaram alguma devoção pela escrita de Roussel.

Antes disso, em 1940, Georges Bataille já dera mostras de que a ambição intelectual de Roussel não era tão disparatada quanto Janet havia diagnosticado. Ao se referir à incongruência entre a realidade inventada por Roussel e o mundo ao seu redor, Bataille formulou uma imagem do gênio, a qual parece ter reverberado bastante entre os teóricos da literatura que o sucederam.

O momento do gênio não é apenas ferida, ele é perda de si mesmo. Pois se o gênio tivesse posse de si próprio, ele deveria colocar-se a serviço daquilo de que surgiu, ou seja, daquilo que já existe: ele se renegaria e se rebaixaria ao talento empregado nas necessidades honoráveis que a ele são propostas, ao passo que o gênio só pode empregar-se na realização de seu destino. Ao mundo que lhe oferece trabalhos pagos, ele pode apenas recordar a morte que o corrói (BATAILLE, 2013, p. 56).

A dissolução do sujeito que escreve – elo teórico entre Bataille, Barthes, Blanchot e todo o grupo de pensadores por eles influenciado – é claramente reconhecível na máquina de escrita de Roussel, alcinha por muitos repetida acerca de seu procedimento de criação literária. Conforme André Compagnon (2013, p. 26), tratava-se de uma “técnica filosoficamente injustificável”, na qual ainda assim teria persistido por quatro décadas.

Para Barthes e Blanchot, o interesse no caráter quase inumano da escrita rousseliana era distinto da busca por um automatismo, como havia

sido para Breton e os surrealistas. Sua singularidade residia na tentativa de afastar o indivíduo escritor de qualquer interioridade. Dita recusa como mote explicativo da linguagem da literatura personificava-se na crítica ao autor, ou à noção de autoria, cujo peso nas discussões literárias da época não foi pequeno.

Foi nesse contexto que Foucault deparou, em 1957, com *La vue*, cuja semelhança com *La voyeur* de Robbe-Grillet atraía-o de imediato. O fascínio que havia sido despertado por esse primeiro contato fez com que traçasse um plano de leitura das outras obras de Roussel, as quais eram, segundo Foucault, demasiado caras para serem tomadas todas de uma vez. Ao fim desse período de leitura, chegou ao texto póstumo de Roussel, após contato também com o estudo de Janet sobre o escritor (FOUCAULT, 2009a).

O resultado mais visível desse fascínio foi a publicação de Raymond Roussel (1999a), livro de 1963 sem par no que se refere à abordagem foucaultiana de assuntos literários, já que se trata da única obra de Foucault sobre essa temática, incluindo uns poucos artigos e a participação em alguns debates sobre o tema. O livro de 1963 mostra-se ainda mais atípico no rol dos demais escritos foucaultianos pelo fato de ser o único em que um personagem específico é seu objeto principal.

O lugar enigmático da análise sobre o literato francês seria, duas décadas depois, o mote da conversa de Foucault (2009a) com o crítico literário Charles Ruas. Nela, vemos fracassarem quase todas as investidas argumentativas do entrevistador, em busca de situar o livro de 1963 fosse entre os interesses pessoais de Foucault, fosse em alguma de suas linhas investigativas.

Nas respostas de Foucault, no entanto, despontam duas explicações que nos parecem basilares para melhor situar sua relação com a literatura. Referimo-nos à sua concepção de que a força de Roussel residiria na rejeição das conformações impostas pelo conjunto de coisas ditas, ao delas se valer de modo um tanto arbitrário. Destaca-se também o tema de uma vida que se modifica por meio da escrita, o que Foucault afirma ser o desejo inconfesso de todo escritor: “Escreve-se para ser diferente do que se é” (FOUCAULT, 2009a, p. 407).

É essa relação dele próprio com seus livros, de sua vida com seus livros, que é o ponto central de sua atividade e de sua obra. A vida privada de um indivíduo, suas escolhas sexuais e sua obra estão ligadas entre si, não porque a obra traduza a vida sexual, mas porque ela compreende a vida tanto quanto o texto. A obra é mais do que a obra: o sujeito que escreve faz parte da obra (FOUCAULT, 2009a, p. 409).

Deparamos, assim, com sua constatação de que há no envolvimento dos indivíduos com as práticas ditas literárias uma experiência tanto conformadora de seus modos de vida quanto transgressora da linguagem do tempo; um aparente paradoxo, claro está.

Isso posto, haveria para Foucault uma experiência literária, ao lado de outras experiências destacadas por ele em seus estudos (a loucura, a criminalidade e a sexualidade), a qual teria assumido uma importância variável em seu percurso intelectual. A par de tal premissa, buscaremos adiante revisitar a relação de Foucault com as práticas literárias, a partir das diferentes modulações assumidas pela noção de experiência ao longo da trajetória do pensador francês, de modo a perspectivar não apenas as flutuações de seu pensamento, como também a irrupção de um direcionamento analítico-crítico à literatura distinto daquele dirigido nos anos 1960 a Raymond Roussel.

Adentramos, assim, o debate em nada novo, não obstante sempre instigante, acerca da relação do pensador francês com a literatura.

A intransitividade literária revisitada

Roberto Machado, em *Foucault, a filosofia e a literatura* (2001), distingue dois momentos basilares da relação de Foucault com a última, estando o primeiro compreendido entre obras como *História da loucura* (1978), *O nascimento da clínica* (1977) e *As palavras e as coisas* (2000) e a publicação de *Arqueologia do Saber* (2012), em 1969. Os textos do período devotados à literatura teriam como fundo filosófico comum a crítica ao caráter antropológico e humanista dos saberes modernos, como a psiquiatria e a medicina, cujos nascimentos, em sua contingência histórica, revelariam a coexistência de práticas coercitivas e excludentes. Daí o estatuto privilegiado que determinada literatura, ao modo da experiência roussseliana, recebe nesse momento, já que ela se apresentaria como um movimento de contestação, de resistência e até mesmo de desaparecimento do ser do homem engendrado na Modernidade.

Já o segundo momento das análises foucaultianas, definido por Machado como genealógico, recobre os anos 1970 e 1980. Foucault teria iniciado aí um movimento de revisão da noção de linguagem, antes aproximada do estruturalismo. Seu interesse, então, teria se desviado das “condições formais de aparecimento do sentido” (MACHADO, 2001, p. 119) para a materialidade do que intitula discurso.

O tratamento dos saberes, nesses novos termos, buscaria enfatizar a relação intrínseca entre as práticas e os enunciados, consistindo na base para a irrupção dos estudos genealógicos, a partir dos quais Foucault se empenhou em investigar as condições de possibilidade da formação dos saberes sob o prisma das relações de poder. O mesmo vale, a partir de então, à literatura, retirando-se dela qualquer estatuto de exceção em face dos outros saberes.

Não obstante, a exaltação foucaultiana da literatura como contra-discurso, conforme constava em alguns de seus textos dos anos 1960, possibilitou, em contrapartida, a retomada da problemática literária por um viés essencializante. Foi o caso de Antoine Compagnon que, ao assumir a cátedra de Literatura francesa moderna e contemporânea no Collège de France, demarcou a distância que o separava das análises de Foucault.

[As] vanguardas teóricas, mesmo que tenham tentado, não souberam renunciar ao poder que teria a literatura de exceder as limitações da língua e as fronteiras da filosofia. Michel Foucault nunca trata a literatura como um dispositivo de poder com o mesmo estatuto dos outros discursos. Iludindo seu regime geral, ela continua a ser uma referência privilegiada, situada fora da filosofia, livre dos determinismos aos quais os outros discursos estão sujeitos, excessiva (COMPAGNON, 2009, p. 40).

Compagnon afirmava, então, o fracasso da tentativa de Foucault e de outros teóricos da geração de 1960 em retirar da literatura seu estatuto de exceção, isto é, em compreendê-la como qualquer outro discurso imerso nas relações de poder de seu tempo.

Sua fala ecoava, ainda, certo incômodo, comum entre os teóricos de sua geração, acerca dos debates levados a cabo por Blanchot, Barthes, Robbe-Grillet e outros, segundo os quais a escrita literária contemporânea havia se tornado uma experiência dessubjetivadora, com o condão de arrastar o indivíduo que escreve para fora de si mesmo.

Tais assertivas acerca do fazer literário viram-se revisadas não somente por Compagnon, como também por outros pensadores importantes, tais quais Tzvetan Todorov (2009) e Terry Eagleton (2006), que alocaram a intransitividade da escrita literária defendida por Foucault e pelo pós-estruturalismo no contexto intelectual e político conflituoso dos anos 1960. Diante disso, a neutralização política da literatura seria uma resposta, assevera Compagnon (2009, p. 43), “ao dano causado por sua longa convivência com a autoridade, e inicialmente com os Estados-nação cuja emergência ela ajudou”. Daí a constatação de Eagleton (2006, p. 212) de se ter, à época, imputado à escrita ou à leitura-escrita o lugar de “último enclave não colonizado no qual o intelectual pode agir, saboreando a suntuosidade do significante, em total indiferença pelo que possa estar acontecendo no Palácio do Eliseu ou nas fábricas Renault”.

Por conta disso, na visão de Compagnon e Eagleton, o esforço dos pensadores anteriores iria no sentido de destituir a literatura em favor da escrita, motivados pela busca de um espaço para a linguagem fora da economia de poder. Uma experiência-limite transgressora, análoga à loucura, como atestado por Leonardo Pinto de Almeida (2008, p. 276):

O louco é um exemplo para o escritor no sentido de que aquele remete a uma figura eminentemente transgressiva que não possui nenhum passado. Se a verdade da obra literária está na atividade transgressiva da escrita, a loucura torna-se, então, modelo desta, caracterizando o seio de onde a obra pode brotar. É desse vazio transgressivo, representado pela loucura – essa ausência de obra –, que pode emergir a literatura, entendida como subversão.

Pensando ser essa uma concepção redutora da literatura, Todorov (2009, p. 38) destaca não somente sua face pretensamente transgressora – “a obra impõe o advento de uma ordem em estado de ruptura com o existente” –, mas também o hermetismo de tais definições, segundo as quais “a obra literária é representada como um objeto de linguagem fechado, auto-suficiente, absoluto” (TODOROV, 2009, p. 38).

Faz-se clara, assim, certa dissensão dos estudos literários mais recentes – sobretudo aqueles ocupados com um suposto resgate da literatura – em relação àquela que teria sido a apreensão foucaultiana do objeto literário. No entanto, cabe desde já anunciar outras possibilidades de leitura de seu legado, caso lancemos um olhar não só mais acurado, como também mais estendido sobre a obra do pensador francês.

Desembaraçar-se da filosofia

Anos depois da publicação de Raymond Roussel, os estudos de Foucault acerca da temática literária voltariam à pauta em depoimento por ele concedido a Roger Pol-Droit (FOUCAULT, 2006a). Datada de 1975, a entrevista foi ocasião de um balanço feito pelo pensador acerca de seu engajamento nos debates literários franceses da década de 1960. Nela, constata-se o incômodo de Foucault com a separação entre os âmbitos filosófico e o não filosófico nos embates teóricos da época. Do mesmo modo, testemunha-se seu reconhecimento quanto a ter, antes, atribuído à literatura um papel estratégico em suas críticas ao discurso filosófico: “No fundo, Blanchot, Klossowsky e Bataille, que foram finalmente os três pelos quais eu me interessei nos anos de 1960, eram, para mim, muito mais do que obras literárias ou discursos interiores à literatura. Eram discursos exteriores à filosofia” (FOUCAULT, 2006a, p. 65).

A entrevista, não à toa intitulada Desembaraçar-se da filosofia, fazia alusão a textos como O pensamento do exterior, de 1966, em que Foucault

afirma a impossibilidade da narrativa na literatura moderna derivada de um paradoxo da linguagem ativada na escrita literária, a saber, o de se escrever sobre a própria inviabilidade da escrita. Semelhante paradoxo, podendo soar como enimesmamento da linguagem, finda por ser, diz Foucault (2009b, p. 221), o exato contrário: “é a linguagem se colocando o mais longe possível dela mesma”. Pois ela não é mais a representação de um sujeito que a teria enunciado, e não haveria um ela mesma para onde retornar. É nesse ponto que a experiência da literatura encontra-se apartada daquela vivida pelos filósofos, pois a primeira, voltando-se a si mesma ao falar da fala, é arremessada para fora segundo um jogo eterno de remissão, enquanto o filósofo, que opera o pensamento do pensamento, é trazido à “mais profunda interioridade” (FOUCAULT, 2009b, p. 221).

No mesmo texto, também se vê o francês afirmar que o escritor é essa figura que desaparece, cuja experiência o tornaria suporte de um pensamento puro, linguagem em seu modo bruto, personificado em um nome que já não se sustenta senão como uma sombra. É alguém a quem se recusa qualquer glorificação.

Na visão de Roberto Machado (2001), Foucault teria compreendido nas obras dos autores supracitados experiências-limite do pensamento e da linguagem, que colocariam em xeque alguns pressupostos da linguagem clássica, ao se relacionarem de maneira inovadora e positiva com a loucura e com a morte; com a loucura, na medida em que questionariam os limites absolutizantes da racionalidade, tornando permeável a distinção entre razão e desrazão; com a morte, uma vez que o tema moderno da morte de Deus entoaria a concepção de linguagem não mais como uma repetição infinita da palavra divina – o regime do ilimitado do limite –, mas como uma necessária e infinita transgressão da palavra anterior, dada pelo já-dito – o princípio moderno do limite do ilimitado. A linguagem estaria, desde então, ontologicamente fadada à transgressão do já-dito e ao automático estabelecimento de um novo limite. Essa linguagem do fora seria, na apreensão de Machado, a condição para o trabalho epistemológico de Foucault nesse período, o que corrobora a afirmação do francês de que ditas experiências literárias teriam se prestado a retirar seu discurso da ordem estrita da filosofia.

Há, segundo a análise de Timothy O’Leary (2012), dois sentidos atribuídos à ideia de experiência nos estudos anteriores ao surgimento de A arqueologia do saber. O primeiro seria o de uma continuidade, em que experiência referir-se-ia às “estruturas fundamentais, gerais e dominantes de pensamento, ação e sentimento que prevalecem em uma dada cultura a um dado tempo” (O’LEARY, 2012, p. 877), nos moldes da experiência clássica da loucura. Mais tarde, teria sido possível vê-la em termos similares, como na experiência moderna da sexualidade. Por sua vez, em *As palavras e as coisas* (2000), Foucault evoca a linguagem como uma experiência cultural, global.

A outra destinação dada a essa noção em seus estudos relaciona-se com a primeira de modo paradoxal, pois remonta a uma situação limítrofe, vivida em contraposição aos ditames do tempo. A experiência seria, nesse caso, “um evento desafiante que transcende limites, mas também a estrutura histórica dominante que será desafiada” (O’LEARY, 2012, p. 877). Experiência remeteria, então, a uma ação de diferenciação, capaz de inaugurar um corte epistemológico. Como em *História da Loucura* (1978), *Nascimento da Clínica* e *As palavras e as coisas* (2000), trata-se de um evento deflagrador de experiências, o qual imporia, daí em diante, formas de sensibilidade e também de repulsão frente a dado objeto. Teria sido assim, por meio de uma experiência-limite – o grande internamento –, que a experiência da loucura no século XV deu lugar à experiência clássica da loucura.

Tais ideias não traem a forte influência sobre Foucault exercida por Blanchot – a quem aliás é dedicado *O pensamento do exterior* (2009b) –, Barthes, Klossowsky, Bataille e Robbe-Grillet, entre outros que ressignificaram a literatura ao longo das décadas precedentes. Tais autores, usualmente definidos por uma remissão ao pós-estruturalismo ou ao *Nouveau Roman*, mantiveram em comum a percepção da escrita literária contemporânea como uma experiência dessubjetivadora. Aproximaram-se também pelo interesse por figuras como Raymond Roussel, cujos escritos eram de difícil apreensão em uma chave de leitura interpretativa.

Atentos ao poder transformador não da literatura em si, mas da experiência da escrita literária, referidos pensadores foram alguns dos primeiros a estimar de forma sistemática os efeitos desse tipo de escrita sobre quem escreve. Tratava-se de tentar compreender no que consistia essa experiência e qual era a linguagem que dela se originava.

Em suas análises, tomaram como figura axial o autor, figura não apenas diferente do escritor, mas também um impedimento à sua aparição. Sob esse signo, foi publicado por Barthes, em 1967, *A morte do autor* (2004), em que se lançaram as bases críticas para uma literatura sem autor nem obra, por meio da qual a linguagem imperasse autônoma. Aos textos dessa nova literatura restaria a ausência de um sentido primordial, só rompida quando do encontro com o leitor, a quem caberia imprimir alguma unidade ao texto, sem que, no entanto, fosse possível supor se tratar de uma unidade pessoal e relativa.

Não haver um autor a controlar o sentido do texto, conforme o crítico francês, consistia em um acontecimento que vinha se afirmando no seio da literatura muito antes que se o enunciasse dessa forma, desde ao menos Mallarmé (*apud* ABES, 2010, p. 171), para quem “a obra pura implica a desaparecimento elocutória do poeta, que cede a iniciativa às palavras”. Também Proust e o surrealismo o haviam profetizado (BARTHES, 2004). Raymond Roussel apareceria na esteira dessa linhagem, a qual poderia ser traçada também até Nietzsche, se se lembrar que, em sua concepção, qualquer sentido último de um texto (ou da vida) remeteria a deus ou ao homem como ente divino. Essa nova escrita, sem sentido original, seria atravessada do começo ao fim por um estilhaçamento, o qual hermenêutica nenhuma jamais teria a força de reparar.

Na figura desse escritor que não é autor, a literatura tornar-se-ia a face transgressora da linguagem, a contrateologia de uma linguagem povoada de verdades sagradas. Tal assertiva vê-se ainda mais agudizada por Blanchot, o qual manifestou ideias nessa direção tanto em textos literários quanto em outros críticos, como é o caso de *O espaço literário* (2011), de 1955, e *O livro por vir* (2005), de 1959. Conforme o que ali se atesta, no lugar da intenção do autor, surgiria o vazio permanente do texto, cujo escritor não pode nem assumir a autoria, nem oferecer um padrão para sua leitura; algo que, como que anexado ao texto, dissesse: pois bem, agora que terminou a leitura, saiba que deveria ter prestado atenção a isso, chegado a essa conclusão, e não àquela etc. O autor estaria morto, mas também o estaria o escritor, pois este só existiria na e para a escrita, não subsistindo na obra.

Ainda que tais autores possam ter analisado as condições de leitura de um texto e seu impacto sobre os leitores, o objeto primeiro de que se ocuparam nos estudos daquele período, conforme vimos, era a relação do escritor com a escrita. Tal característica ora nos parece central a fim de desessencializar a literatura em favor de uma descrição mais interessada das práticas que se costumam agrupar sob tal denominação. Nessa perspectiva, ao falarmos dos escritos foucaultianos primeiros acerca da temática literária, convém ressaltar, não tratamos de tudo que estaria circunscrito à dita literatura, tal como um sistema de produção e circulação literários, tampouco as formas de recepção de textos dessa natureza.

Para o Foucault dos anos 1960, portanto, não seria a literatura, mas a escrita literária como uma experiência específica que teria o condão de desalojar, “com seu poder de resistência, de contestação ou de transgressão, o pensamento do sono dogmático e do sonho antropológico a que ele esteve ou continua submetido na reflexão filosófica” (MACHADO, 2001, p. 11). Algo semelhante é corroborado por outros comentadores de Foucault (ARTIÈRES *et al*, 2016), para os quais o interesse por Raymond Roussel não teria residido na literatura *itself*, mas no gesto voluntário do escritor, responsável por performar algo caro às suas análises epistemológicas: “a literatura como estratégia, ou seja, certo uso do literário, a utilização de procedimentos, e todo um trabalho de dinamitação interno à economia da narrativa que passa pela construção de um campo de batalha contra a hegemonia do sentido” (ARTIÈRES *et al*, 2016, p. 16).

Desembaraçar-se da literatura

A conferência *O que é um autor?* (2006b) é bastante ilustrativa de um direcionamento renovado de Foucault à literatura, o qual marcará seus estudos da década de 1970. O que fora um tema importante em si mesmo nos anos anteriores – a noção de morte do autor – é retomado então como ponto de partida para a elaboração de uma análise do modo como são classificados, distribuídos e recebidos os discursos. Do lugar ausente deixado por aquele que escreve, Foucault subtrai a noção de função-autor, de modo a balizar a força exercida pela atribuição de autoria a um texto. Além de vetor determinante no modo de ordenação do discurso literário, tal medida afastaria dos escritos literários o perigo em potencial dos sentidos, ao atribuir-lhes uma origem real: a vida do escritor.

Em 1970, expandindo a perspectiva genealógica de seus estudos, Foucault apresenta em sua aula inaugural no Collège de France, publicada sob o título *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996), a hipótese geral de suas investigações: a existência de procedimentos de controle e rarefação da produção discursiva em nossa sociedade.

Entre tais procedimentos, desponta não apenas a própria função-autor, mas também outro viés do continente literário. A discursividade pública dos escritores será então analisada no contexto daquilo que Foucault denomina sociedade de discurso: um modo de sujeição do discurso a determinados indivíduos, cuja lógica basal consistiria em fazer circular discursos sem que seus detentores fossem despossuídos por essa distribuição. Explicitando seu modo de funcionamento particular, Foucault utiliza-se do exemplo dos rapsodos da Antiguidade. Tratar-se-ia, na prática destes, de manifestar ritualisticamente os poemas, recitando-os, fazendo-os variar ou empregando-lhes quaisquer outras alterações comuns, sem, contudo, explicitar o conhecimento necessário para dominar tal prática. Aprender suas técnicas, explanadas como uma série de procedimentos mnemônicos complexos, seria algo a que apenas aqueles inseridos no grupo dos rapsodos teriam acesso. Um conhecimento protegido, conquanto justamente manifestado.

É nessa altura que Foucault aventa a seguinte hipótese:

É bem possível que o ato de escrever tal como está hoje institucionalizado no livro, no sistema de edição e no personagem do escritor, tenha lugar em uma “sociedade de discurso” difusa, talvez, mas certamente coercitiva. A diferença do escritor, sem cessar oposta por ele mesmo à atividade de qualquer outro sujeito que fala ou escreve, o caráter intransitivo que empresta a seu discurso, a singularidade fundamental que atribui há muito tempo à “escritura”, a dissimetria afirmada entre a “criação” e qualquer outra prática do sistema linguístico, tudo isto manifesta na formulação (e

tende, aliás, a reconduzir no jogo das práticas) a existência de certa “sociedade de discurso” (FOUCAULT, 1996, p. 40-41).

Ainda que pareça radicalmente diversa da anterior, essa nova maneira de compreender a literatura seria, para Foucault, um desdobramento necessário de determinada estratégia, já disposta anteriormente. Em 1975, na entrevista já citada com Pol-Droit (FOUCAULT, 2006a), o pensador afirma que a mesma repulsa a uma sacralização do discurso filosófico o teria levado a desconsiderar a literatura como fonte de suas análises epistemológicas da década de 1960. A literatura aí seria apenas “o repouso, a pausa, o brasão, a bandeira” (FOUCAULT, 2006a, p. 57). Os temas da intransitividade e da morte do autor, dessa forma, teriam o mesmo papel dessacralizador.

Pouco importa que se faça referência aqui a Blanchot ou a Barthes. O essencial é a importância desse princípio: a intransitividade da literatura. Com efeito, esta foi a primeira etapa graças à qual foi possível se livrar da ideia de que a literatura era o lugar de todos os trânsitos ou o ponto ao qual chegavam todos os trânsitos, a expressão das totalidades (FOUCAULT, 2006a, p.60).

Tal princípio, no entanto, seria apenas o primeiro passo para uma efetiva fuga da literatura. Caso se quisesse levá-la a cabo, seria necessário um passo adiante, sob pena de incensar ainda mais a escrita literária como ato por si só transgressivo. Já em 1970, Foucault (1999b) atualiza a transgressividade no contexto de recuperação da literatura pela burguesia. O que antes era contravenção, surge agora como alibi prontamente consumível. Foucault dispõe então um plano de pensamento em que a literatura ocupará outro lugar.

Em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2010b), a literatura policial do século XIX, distante dos cânones e vanguardas, surge como responsável pelo efeito ideológico de naturalização da ação policial. Em *História da sexualidade I* (FOUCAULT, 1988), a formação da literatura moderna é contextualizada em meio às práticas de confissão no período em que se assiste à disciplinarização da sexualidade. De modo semelhante, em *A vida dos homens infames* (FOUCAULT, 2006c), a literatura compõe uma nova ordem discursiva em que o cotidiano da população passa a ser esquadrihado por intervenção da justiça protopolicial do rei. Foucault também valoriza fontes externas ao domínio literário: os formulários de detenção da época. Em termos de expressividade, portanto, nada de sagrado, heroico ou único a ser encontrado na literatura. Antes, cumpriria, com Foucault, dar a ver seus pés de barro.

Prática pontual e circunstanciada, a literatura para Foucault, a partir de sua virada genealógica, apresenta tais linhas gerais: distanciamento dos cânones, valorização de fontes outras – de preferência, menores –, e mesmo sua inclusão em panoramas genealógicos nada nobilitantes. Voltando à entrevista de 1975, veremos sua nova disposição expressa de maneira límpida.

Para saber o que é literatura, não são suas estruturas internas que eu gostaria de estudar. Eu gostaria, antes, de compreender o movimento, o pequeno processo, pelo qual um tipo de discurso não literário, negligenciado, esquecido tão logo pronunciado, entra no campo literário. O que se passa aí? O que se desencadeia? Como este discurso é modificado em seus esforços pelo fato de ser reconhecido como literário? (FOUCAULT, 2006a, p. 63).

A preocupação foucaultiana não residiria no projeto de fundar, ao fim e ao cabo, uma essência da literatura, mas uma compreensão dos processos mediados por práticas historicamente determinadas a partir das quais textos por vezes contrastantes receberiam o selo literário, passando, a partir de então, a ser tratados como discurso sacralizado, capaz de expressar ideias e valores a que nenhum outro texto seria facultado fazê-lo.

Arriscando uma elaboração que não se encontrou formulada dessa maneira por Foucault, consideramos que sua apreensão passou a tomar a literatura por sua própria exterioridade, atribuindo-lhe, assim, as feições de uma espécie de dispositivo que possibilita a produção e a circulação de determinado tipo de textos. Dispositivo conformado na triangulação entre instituições, como as editoras e a universidade, saberes, como a crítica e a teoria literárias, e processos de subjetivação, como os de escritores, críticos e leitores.

Tais mudanças, por sua vez, foram base para o surgimento de estudos que buscaram operacionalizar o pensamento foucaultiano em um projeto de crítica literária historicizante, o qual autorizasse a uma contextualização dos caminhos e descaminhos da produção e da recepção das obras literárias. Seria o caso da crítica genética – vertente da crítica literária que busca encontrar elementos que permitiriam fazer uma história secreta da obra, ou seja, narrar sua gênese (GRÉSILLON *apud* WILLEMART, 2005, p. 3) –, tal como a entendem Claudia Amigo Pino e Roberto Zular (2007).

Partindo do referencial foucaultiano para operar uma revisão crítica da vertente genética, os pesquisadores destacam a impossibilidade de “a partir dos próprios discursos e dos documentos conhecer as regras que regulam seu funcionamento” (PINO; ZULAR, 2007, p. 170), tal como haviam almejado muitos geneticistas até então. Em detrimento dessa visão, mostrar-se-ia necessária a crítica da função-autor, bem como a inscrição dos discursos e textos literários no “campo institucional” (PINO; ZULAR, 2007, p. 172) da literatura, por meio do qual ver-se-iam regulados por uma relação com “o poder (a política), a sociedade e a economia” de seu tempo (PINO; ZULAR, 2007, p. 174). Daí também incluir-se, entre as vantagens de se operar com o quadro conceitual explicitado por Foucault, uma maior adequação da crítica genética aos liames do tempo, resguardando-a do risco de uma abordagem anacrônica.

Partilhando do mesmo ideal, Simon During (2005) atesta a insuficiência dos tratamentos corriqueiros votados aos textos literários, tais como o estudo de sua estrutura interna e a busca por sua expressividade histórica, comprometidos com a aferição de valores ora estéticos, ora representativos. Para During, o maior trunfo do legado do pensador francês residiria na capacidade de permitir aos críticos uma saída outra que não a costumeira historicização do texto literário, buscando, para além de seus conteúdos representacionais, as relações que cada obra estabeleceu com os discursos e as problematizações do tempo.

Depois de Foucault, a história literária passou a significar não apenas uma atenção a contextos passados ou à história da recepção e da circulação, mas a conexão de velhos livros a problematizações ou “indecidibilidades” segundo as quais eles foram escritos e continuam a ser lidos (DURING, 2005, p.231, tradução nossa).

O governo via literatura

Ainda que Foucault tenha se afastado do primado da experiência-limite de que se ocupara nos anos 1960, para O’Leary (2012) a noção de experiência seguiu, na década seguinte, sendo um importante tópico de atenção da investida foucaultiana. Enquadrada nos antecedentes episte-

mológicos herdados de Gaston Bachelard e Georges Canguilhem, tal problematização fundava-se na reflexão sobre como as práticas são capazes de engendrar uma experiência específica.

Em um balanço de seu pensamento, Foucault (2011a) apresenta a divisão entre as duas concepções de experiência, seja como gesto limítrofe, seja como aquilo que condiciona as vidas a determinados arranjos discursivo-normativos: “essa história das ciências de que comecei a me ocupar estava bastante afastada do que encontrei a propósito de Bataille, de Blanchot e de Nietzsche” (FOUCAULT, 2011a, p. 302). Nessa passagem, no entanto, tal dualidade aparece em termos mais harmoniosos do que na argumentação de O’Leary.

Através da constituição das ciências da vida, quando se constituía um certo saber, o homem se modificava como ser vivo, porque se tornava sujeito racional e pelo fato de que podia ter uma ação sobre si mesmo, mudar suas condições de vida e sua própria vida [...]. É uma consideração extremamente importante para Canguilhem, que se reconhecia, creio, aparentado com Nietzsche. E eis como, apesar do paradoxo e essencialmente em torno de Nietzsche, reconhecemos parentesco em uma espécie de ponto de encontro entre o discurso sobre as experiências-limite, em que se tratava, para o sujeito, de transformar-se a si próprio, e o discurso sobre a transformação do próprio sujeito pela constituição de um saber (FOUCAULT, 2011a, p. 306).

Vê-se aqui Foucault retomar a temática da experiência, de que pouco falara desde o fim dos anos 1970. Daí em diante, tal noção assumirá importância cada vez maior para seu pensamento. Agora, contudo, trata-se de uma experiência em que se aproximam os dois eixos de pesquisa que até agora tinham permanecido autônomos: o da experiência dos indivíduos e o da experiência engendrada pelos regimes de saber-poder. Tratava-se de pensar não apenas os regimes de veridicção e as práticas normativas que conformavam dada experiência, mas de se perguntar também a respeito dos modos pelos quais os indivíduos constituíam-se a reboque das matrizes de subjetivação disponíveis em seu tempo. Com isso, Foucault respondia a crítica já antiga de que, em sua análise das relações de poder, não se podia aclarar como se formavam as subjetividades. Sobre o tema, Paul Veyne (2009, p. 109) aponta que

a constituição do sujeito acompanha a das suas maneiras: comportamo-nos e vemo-nos como fiel vassalo, súbdito leal, bom cidadão, etc. Um mesmo dispositivo que constitua seus objetos – loucura, carne, sexo, ciências físicas, governamentalidade –, faz do eu de cada um, um certo sujeito. A física faz o físico.

Foucault, é certo, devota-se ao âmbito específico da subjetivação, embora não se trate mais do sujeito uno que se evocava desde Kant, capaz de, em um duplo golpe, dizer o que é a realidade e o que é ele mesmo. Trata-se, ao contrário, de um sujeito produzido por seu tempo, e de modo sempre fragmentário. Tal como variam os regimes de veridicção, variam também os modos de remissão a eles; tal como se constituem novas práticas normativas, também despontam novas práticas de subjetivação. A esse conjunto de matrizes normativas, discursos de veridicção e modos de subjetivação, Foucault não mais chamaria de dispositivo, mas de focos de experiência.

A virada de Foucault, ocorrida em seus debates tardios (FOUCAULT, 2010a; 2011b), em direção aos focos de experiência parece ter sido pouco explorada nos estudos literários de que tratamos até aqui, seja por aqueles que buscaram extrair dos escritos de Foucault da década de 1960 algo como uma definição da literatura (COMPAGNON, 2009; EAGLETON, 2006;

TODOROV, 2009), seja por outros que buscaram construir uma narrativa dos deslocamentos por que passou a questão da literatura ao longo da trajetória de seu pensamento (MACHADO, 2001; O'LEARY, 2012). Isso se explica, em grande medida, cremos, pela raridade do assunto em seus ditos e escritos a partir do final dos anos 1970.

Mesmo diante da rarefação do tema no pensamento foucaultiano ulterior, parece-nos possível, mediante o caminho até aqui percorrido, demarcar algumas balizas em relação à experiência literária que imaginamos derivar dessa visão ampliada de experiência. A começar pela assunção de que não seriam apenas os elementos que compõem a literatura – regras de estilo, gêneros, modos de circulação etc. – que seriam datados e, portanto, passíveis de problematização, mas a própria literatura como forma de ordenação discursiva. Recusa-se com isso a essencialidade da literatura, passando a ser tomada apenas como conjunto de práticas e discursos específicos. O mesmo se passa com a pretensa equivalência entre boa escrita e literatura, segundo uma operação que visa dissociar a prática escritural lato sensu da literária.

Tal esforço de historicização das práticas associadas à literatura, ademais, exige distanciamento ou suspensão de categorias propriamente literárias, como o par autor/obra. Tal balizamento parece também animar a análise da literatura levada a cabo pela crítica genética, a qual, aliás, é apregoada por vezes como método de desmistificação da genialidade autoral. O gesto, contudo, não nos parece ser levado às últimas consequências. Isso porque, ao operar a releitura da escrita literária, tal modo de pensamento acaba decompondo tais categorias em um número maior de elementos determinantes, quando, de outra maneira, far-se-ia necessário extirpá-las da análise. Como resultado, passamos da unidade da obra, derivada do ato criador de um autor, a outra unidade textual, derivada agora de um processo, o qual, a despeito das influências variadas sobre ele concorrentes, enseja a produção de um texto com caracteres similares aos da obra. Obra inacabada e multifacetada, mas ainda obra. E o que se vê então é a restituição do autor à obra, por exemplo no momento em que nos é dito do processo de criação de Proust (WILLEMART, 2005) ou dos manuscritos de Kafka (PINO; ZULAR, 2007).

Há ainda uma segunda razão para o afastamento proposto do par explicativo autor/obra, não atinente à visão essencialista operada pelos discursos literários: o fato de nele não figurarem outros elementos da relação entre o escritor e a escrita além daqueles regidos pelo trabalho escritural. Tal restrição às práticas escriturais aparenta-nos problemática, pois a relação dos escritores com a literatura não se circunscreve tão somente ao próprio fazer escritural, mas deriva de uma experiência mais ampla, capaz de neles produzir discursividades e rotinas em nada vinculadas ao exercício textual. Em favor da apreensão dessa experiência, cumpriria trafegar não no encontro entre o autor e a obra, mas no intervalo fundante entre escritor e escrita literária, entendendo-a, no bojo das proposições foucaultianas, como experiência capaz de governar tanto os leitores quanto os próprios literatos. Eis a segunda baliza de nosso endereçamento analítico à literatura.

Pensar a literatura com Foucault consistiria, afinal, não em tomá-la como o objeto comumente aceito, ainda que extensivamente discutido, mas, ao contrário, pensar seus usos, sua funcionalidade, seus lugares discursivos concretos. Em síntese, trata-se de inquirir a trama em que se tornaram possíveis sua existência e sua circulação, tomando-a, portanto, como objeto sempre circunstanciado a limites espaço-temporais (discursivos) específicos. Mas não só. Também como objeto delimitado por problematizações específicas, atravessando, assim, quaisquer fronteiras disciplinares.

Nessa perspectiva, pensá-la como foco de experiência implica operar para além da dicotomia poder/resistência, decorrente da ideia de um poder

sempre repressivo com relação a práticas, ideias e demandas previamente estabelecidas (FOUCAULT, 2010c). Tratar-se-ia, em detrimento disso, de analisar a literatura pela ótica do governo de si e dos outros (FOUCAULT, 2010a), segundo a qual as relações enfeixadas por tal experiência não apenas delimitam o que pode, ou não, ser vivido em torno da escrita e da leitura, mas também constituem discursos e práticas em torno das quais os indivíduos estabelecem parâmetros subjetivos, deixando-se governar pela discursividade literária.

Haveria de se questionar, afinal, quais matrizes normativas, quais discursos de veridicção e quais modos de subjetivação as práticas literárias fazem circular entre nós, considerando, mais uma vez, não só a experiência dos escritores, como também a dos leitores.

Sob tal balizamento e contra todas as tentativas de atribuir um sentido estável a um conjunto de textos cujos critérios de seleção e manutenção pleiteiam-se inquestionáveis, opõe-se aqui uma visão outra, quiçá até mesmo outro objeto; definitivamente, outro tipo de problematização. Uma vez que a literatura seja tomada como imersa, assim como os discursos de seu próprio tempo, em uma economia específica de governo, abrem-se possibilidades de estimá-la não mais como contradiscurso ou resistência, mas como campo de experiência que se alinha e, no mesmo golpe, se choca com os ditames do presente.

Sobre o artigo

Recebido: 26/03/2017

Aceito: 21/05/2017

Referências bibliográficas

- ABES, Gilles Jean. Uma tradução de “Crise de verso” de Mallarmé: a ótica do enigma como símbolo do texto literário. **TradTerm**, São Paulo, v.16, p. 149-174, out. 2010.
- ALMEIDA, Leonardo Pinto de. O conceito foucaultiano de literatura. **Filosofia Unisinos**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 269-280, set./dez. 2008.
- ARTIÈRES, Philippe et al. Apresentação. In: FOUCAULT, Michel. **A grande estrangeira: sobre literatura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 9-21.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 57-64.
- BATAILLE, Georges. Os comedores de estrelas. **Sopro 98: Dossiê Raymond Russel**, Desterro: Cultura e Barbárie, p. 56-60, nov. 2013.
- BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BRETON, André. Raymond Roussel. **Sopro 98: Dossiê Raymond Russel**. Desterro: Cultura e Barbárie, p. 26-27, nov. 2013.
- COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- DURING, Simon. **Foucault and literature: towards a genealogy of writing**. New York: Routledge, 2005.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Raymond Roussel**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999a.
- FOUCAULT, Michel. Loucura, literatura e sociedade. In: FOUCAULT, Michel. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999b, p. 210-234.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Desembaraçar-se da filosofia. In: POL-DROIT, Roger. **Entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006a. p. 55-65.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 264-298.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 203-222.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia de uma paixão. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a. p. 400-410.
- FOUCAULT, Michel. O pensamento do exterior. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. p. 219-242.
- FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2010c.
- FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos VI: Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. p. 289-347.
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011b.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- MACHADO, Roberto. **Foucault a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- O'LEARY, Timothy. Filosofia, literatura, experiência. **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 875-896, jul./dez. 2012.
- PAZOS, Vera Davet. Pierre Janet e Raymond Roussel. **Latusa Digital**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 48, p. 1-5, mar. 2012. Disponível em: <http://www.latusa.com.br/pdf_latusa_digital_48_a2.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- PINO, Claudia Amigo; ZULAR, Roberto. **Escrever sobre escrever: uma introdução crítica à crítica genética**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- TERRON, Joca Reiners. Procedimentos contra o vazio. **Folha de S.Paulo**, 2013. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/09/1345353-procedimentos-contr-o-vazio.shtml>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

VEYNE, Paul. **Foucault o pensamento a pessoa**. Lisboa: Texto e Grafia, 2009.

WILLEMART, Philippe. **Crítica genética e psicanálise**. São Paulo: Perspectiva; Brasília: CAPES, 2005.